

#5282

Edital para concurso internacional de recrutamento de um Investigador Doutorado (Investigador de Nível Inicial)

FCiências.ID/2026/DL57/CIUHCT/1

Por decisão do Conselho de Administração da **FCiências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências**, encontra-se aberto um concurso internacional para o recrutamento de um investigador com doutoramento, na categoria de Investigador de Nível Inicial, na carreira de Investigação Científica da FCIências.ID, no âmbito do projeto WISE: Mulheres na Exploração Científica. Contribuições de Mulheres Amadoras para a História Natural e Astronomia em Portugal (1851-1974) (Ref. COMPETE2030-FEDER-00694300; LISBOA2030-FEDER-00694300,2023.17102.ICDT com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/2023.17102.ICDT>), co-financiado pelo programa Lisboa2030, Programa Inovação e Transição Digital (COMPETE2030), pelo Portugal2030 e pela União Europeia, e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., na modalidade de contrato a termo resolutivo incerto, em regime de exclusividade, nos termos do Código do Trabalho e do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto com a redação dada pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

I. Requisitos de Admissão

Podem ser opositores ao concurso candidatos nacionais, estrangeiros e apátridas titulares do grau de doutor¹ em História das Ciências e Tecnologia, ou outras áreas, mas com demonstrada experiência de publicação na área de História das Ciências e Tecnologia ou áreas afins e que satisfaçam ainda os seguintes requisitos:

- a) Experiência na pesquisa de arquivos e coleções, bem como em bases de dados bibliográficas, em particular de caráter histórico - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- b) Experiência na produção de publicações científicas e na participação em conferências científicas - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação.

¹ Salientamos que os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei n.º. 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria n.º. 33/2019](#), de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatória para a assinatura do contrato. Mais informação poderá ser obtida em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento?plid=374>.

II. Requisitos preferenciais

- a) Conhecimento de ferramentas de transcrição de manuscritos baseadas em IA e de técnicas de visualização de dados (e.g. análise de redes) - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- b) Experiência na preparação e realização de entrevistas e na sua transcrição - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- c) Experiência em tarefas de gestão, nomeadamente elaboração de relatórios científicos e técnicos, organização e condução de reuniões, e acompanhamento orçamental - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- d) Experiência na organização de workshops participativos. - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- e) Experiência na organização de conferências e/ou seminários - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;

- f) Experiência na organização de atividades de divulgação científica - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- g) Experiência na elaboração de questionários de avaliação - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- h) Experiência na utilização de software de análise de dados quantitativos e qualitativos (e.g., SPSS) - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação;
- i) Fluência na língua portuguesa e inglesa (escrita e falada) - informação disponibilizada no CV e/ou na carta de motivação.

III. Legislação aplicável

1. Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho (RCD);
2. Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (CT);
3. Decreto Regulamentar n.º 11-A /2017, de 29 de dezembro;
4. Código de Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua versão atual (CPA).

IV. Plano de trabalhos

O plano de trabalhos a ser executado inclui as seguintes tarefas:

- 1) Apoio às atividades de gestão científica e financeira do projeto (tarefa 1);
- 2) Atividades de pesquisa sobre mulheres amadoras na história natural e astronomia em arquivos e coleções existentes em museus de história natural e de ciência e jardins botânicos em Portugal e, se necessário, fora de Portugal (tarefa 2);
- 3) Pesquisa em bases de dados académicas, catálogos de bibliotecas e repositórios digitais, de informação sobre mulheres amadoras na história natural e astronomia, incluindo transcrição de manuscritos e análise de texto recorrendo a ferramentas de IA (tarefa 2)
- 4) Apoio à visualização de dados obtidos através da informação transcrita e análise de redes (tarefa 2);
- 5) Apoio à elaboração e realização de entrevistas de história oral (tarefa 4);
- 6) Apoio à idealização e implementação de workshops participativos e de co-criação (tarefa 5);
- 7) Publicação de resultados em revistas científicas com arbitragem e apresentação de resultados em encontros científicos (tarefa 5);
- 8) Participação nas atividades de disseminação e comunicação do projeto (tarefa 5);
- 9) Utilização de ferramentas de avaliação (e.g. inquéritos e entrevistas semiestruturadas) para análise das estratégias de comunicação e análise do tráfego do site, das interações nas redes sociais e das taxas de participação nos eventos (tarefa 6).

V. Composição do Júri

De acordo com o artigo 13.º do RCD, o júri do concurso tem a seguinte composição:

- Presidente – Cristina Luís;
- 1º Vogal – Ana Simões;
- 2º Vogal – António Carmo Gouveia;
- 1º Vogal Suplente – Luís Miguel Carolino;
- 2º Vogal Suplente – Marta Lourenço.

VI. Local de Trabalho

O trabalho será acolhido pela Unidade de Investigação CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, e será realizado nas suas instalações do Campo Grande, Lisboa, e com deslocações frequentes ao polo no Monte da Caparica, Almada, Portugal.

VII. Duração do Contrato

O contrato de trabalho será a termo resolutivo incerto, em regime de exclusividade, tendo início previsto em maio de 2026, o qual durará até à execução do Plano de Trabalhos referido em IV, o qual tem a duração previsível de 25 meses, não podendo exceder os limites previstos no RCD, incluindo um período experimental inicial de 30 dias

VIII. Valor da remuneração

A remuneração mensal ilíquida a atribuir é de 2.408,11 Euros, em regime de exclusividade, valor que está em conformidade com um dos Níveis da Tabela Salarial (NTS) para um Investigador de Nível Inicial, no escalão 1, correspondente ao NTS 33, equivalente ao mesmo nível da Tabela Remuneratória Única aprovada pela Portaria n.º 1553- C/2008, de 31 de dezembro, na sua versão atual, a que acrescem subsídios de férias e de natal, bem como o subsídio de alimentação, no valor e com as condições previstas para trabalhadores com uma relação jurídica de emprego nos termos do CT.

IX. Avaliação das candidaturas

1. A não satisfação dos Requisitos de Admissão constitui razão suficiente para não admissão dos candidatos em mérito absoluto.
2. Nos termos do artigo 5.º do RCD, a seleção dos candidatos aprovados em mérito absoluto realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos nos últimos cinco (5) anos, sendo objeto de avaliação a relevância, qualidade e atualidade da produção científica e atividade profissional considerada mais relevante pelo(a) candidato(a), para as atividades de investigação no âmbito do projeto.
3. Com base na apreciação do percurso científico e curricular dos candidatos nos últimos cinco (5) anos, cada membro do júri, de acordo com os critérios de avaliação referidos no nº 5, apresenta uma proposta justificada de admissão (classificação final igual ou superior a 80%) ou de exclusão (classificação final inferior a 80%) para cada um dos candidatos.
4. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100%.
5. São critérios de avaliação em mérito relativo:
 - a) Curriculum vitae com indicação clara de experiência relativamente aos requisitos de admissão e preferências - 40%;
 - b) Carta de motivação com indicação clara de experiência relativamente aos requisitos de admissão e preferências - 10 %;
 - c) Demonstração de experiência na pesquisa de arquivos e coleções, bem como em bases de dados bibliográficas - 20%;
 - d) Demonstração de experiência na preparação e realização de entrevistas semiestruturadas - 10%;
 - e) Demonstração de experiência na produção de publicações científicas e na participação em conferências científicas – 10%
 - f) Demonstração de experiência em atividades de extensão e disseminação do conhecimento, designadamente no contexto da promoção das práticas científicas, incluindo organização de workshops, atividades de promoção e divulgação - 10%;
 - g) Entrevista, se considerada necessária pelo júri - 10%.

6. O júri poderá realizar uma entrevista aos 5 primeiros classificados no total dos critérios a) a f) do nº 5, destinada a obter esclarecimentos, informações adicionais e/ou explicitação de elementos curriculares apresentados. A existir entrevista a soma das avaliações obtidas nos critérios de avaliação a) a f) corresponderá a 90% da classificação final e a entrevista a 10%.
7. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de avaliação.
8. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contém um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação.
9. Após conclusão da aplicação dos critérios de avaliação, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.
10. A deliberação final do júri é homologada pelo Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID a quem compete decidir da contratação.
11. Os candidatos serão notificados individualmente dos resultados da avaliação através de correio eletrónico para o endereço indicado em “Dados Pessoais” da documentação submetida.
12. Com a notificação a que se refere o nº 11, inicia-se a fase de audiência de interessados a que se refere o Artigo 121º e seguintes do CPA, durante um período de 10 dias úteis.
13. A eventual pronúncia do candidato em sede de audiência prévia deve ser apresentada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente do júri – para o endereço concursos@fciencias-id.pt - o qual deve reunir o júri e pronunciar-se no prazo máximo de trinta dias úteis.
14. No prazo máximo de cinco dias úteis após a decisão final do júri, o Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID homologa a deliberação do júri e notifica os candidatos.
15. As comunicações entre a FCIências.ID (concursos@fciencias-id.pt) e os candidatos serão eletrónicas e obedecerão às seguintes regras:
 - a) No momento da submissão eletrónica de qualquer documento – designadamente no caso do nº 13 - os candidatos deverão gerar prova de “mensagem enviada”.
 - b) A FCIências.ID acusará a receção dos documentos recebidos através de um email para o endereço utilizado pelos candidatos, num prazo máximo de dois dias úteis.
 - c) No caso de ausência da confirmação de receção pela FCIências.ID - indiciando problemas técnicos que não deverão ser nem da responsabilidade do candidato nem da FCIências.ID - os candidatos devem entrar em contacto com a FCIências.ID, com a prova a que se refere a alínea a), de modo a garantir a entrega e boa receção dos documentos em causa.

X. Tratamento de dados pessoais

1. A FCIências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais, nos termos do [Regulamento Geral de Proteção de Dados](#), recolhe e trata os dados pessoais solicitados no contexto indicado da candidatura ao posto de trabalho, ao abrigo das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).
2. Os dados pessoais serão conservados durante o período necessário à execução das finalidades a que se destinam, sendo assegurado o tratamento e proteção, de forma adequada e diligente, a confidencialidade e integridade destes dados, através de medidas técnicas e organizativas adequadas.
3. Os dados pessoais poderão ser transmitidos a entidades terceiras, designadamente, a entidade financiadora do projeto de investigação, exclusivamente para os fins especificamente estabelecidos. Neste sentido, sempre que for necessária a transferência de dados pessoais para

países fora da União Europeia e/ou organizações internacionais, é assegurado o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

4. Assiste-lhe o direito de solicitar o acesso, a retificação, a eliminação, a limitação do tratamento, o direito de oposição e ainda a portabilidade dos dados (se tecnicamente viável), através do e-mail: dpo@fciencias-id.pt. Assiste-lhe ainda o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Para mais informações, recomendamos a consulta do Regulamento Interno de Proteção de Dados da FCIências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências em <https://fciencias-id.pt/>.

XI. Satisfação de Políticas Públicas

1. A FCIências.ID promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) poderá ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.
2. Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

XII. Submissão de Candidaturas

1. O concurso decorrerá de 15 de abril de 2026 a 30 de abril de 2026.
2. A candidatura e os documentos que a instruem devem ser apresentados em português ou em inglês.
3. As candidaturas serão realizadas através da plataforma eletrónica de concursos da FCIências.ID – acessível a partir de <http://concursos.fciencias-id.pt>.
4. Na plataforma eletrónica, os candidatos preencherão uma secção obrigatória relativa a Dados Pessoais [nome, morada, data de nascimento, e-mail de contacto, nacionalidade e identificadores científicos] e farão o carregamento de ficheiros com os seguintes documentos:
 - i. *Curriculum vitae* detalhado em formato PDF - *obrigatório*;
 - ii. Documento com manifestação de interesse e em que seja claramente demonstrado que o candidato possui experiência profissional requerida nos Requisitos de Admissão (Carta de Motivação) - *obrigatório*;
 - iii. Até cinco publicações relevantes relativas ao objeto e requisitos do plano de trabalhos - *obrigatório*;
 - iv. Indicar no documento com manifestação de interesse (carta de motivação) os nomes e contatos de duas referências que poderão vir a ser contactadas pelo júri do concurso - *obrigatório*;
 - v. Cópias digitais de documentos comprovativos de **Doutoramento** – deverão ser fornecidos documentos originais em caso de contratação - *obrigatório*;
 - vi. Cópias digitais de documentos comprovativos de outras habilitações científicas e profissionais – *opcional*;

- vii. Outros documentos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito científico, ou para declarar a situação pessoal nos casos cobertos na secção XI-2 deste Edital - *opcional*.
5. Por decisão do Presidente do Conselho de Administração da FCIências.ID, não são admitidos a concurso os candidatos que não submeterem os documentos identificados no nº 4. Assiste-lhe ainda a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a concurso, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações.

O presente Edital foi aprovado pelo júri no dia 13 de abril de 2026.